



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DE MINEIROS-GO

Aluna: Luzia Moura de Araújo¹

Orientadora: Ironдина de Fátima Silva²

RESUMO: A Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi construída num contexto de muitas contradições. No período colonial já havia menção a essa modalidade de educação, que na época era identificada como não infantil. Para Barreira (2010), a denominação EJA surgiu com a Conferência de Educação para todos realizada na Tailândia no ano de 1994. O processo de escolarização do adulto no Brasil se efetivou por meio de vários programas governamentais, visando diminuir os índices de analfabetismo. Ressalta-se que a EJA, só ganhou destaque a partir do processo de industrialização do país na década de 1930. Com o processo de industrialização, a economia e a mão de obra deslocam do campo e se concentram nas cidades, (indústrias). Outro fator marcante, ocorrido nesse período foi à volta da democracia, prevendo eleições diretas para cargos públicos. Esses dois fatores exigiram mudanças na organização da sociedade, por um lado a exigência de mão de obra qualificada e escolarizada, por outro a necessidade de aumentar o colégio eleitoral. Esse foi o primeiro momento de preocupação da sociedade e do poder público com a EJA. O segundo e mais importante ocorreu com a inclusão da EJA no texto da LDB Lei nº 9394/96 Brasil (1996), como uma das modalidades da Educação Básica, sendo sua oferta obrigatória nas instituições públicas de ensino regular, podendo também acontecer por meio de programas especiais. Tem como meta atender todas as pessoas que não tiveram acesso e ou permanência no ensino regular em idade própria, abrangendo os processos formativos desta modalidade da Educação básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio. No ano de (2003), o governo brasileiro criou o novo programa de Alfabetização de Jovens e Adultos: Programa Brasil Alfabetizado sob a responsabilidade do Ministério da Educação - MEC (2016). Além da oferta regular nas instituições credenciadas. Os Estados e Municípios podem aderir ao programa e promover a alfabetização de adultos, no intuito de contribuir para a erradicação do analfabetismo. Ressalta-se que o Estado de Goiás aderiu ao Programa, e oferta a EJA na rede regular e através de diferentes programas. A Subsecretaria Regional de Educação de Minas-GO oferece a EJA em duas Instituições de Ensino Estaduais credenciadas; em uma delas funciona duas turmas de PROEJA para detentos. O Sistema Municipal de Ensino de Minas não aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado.

Palavras Chaves: Educação, Jovens, Adultos, Sistema Estadual.

Eixo Temático: III Ciências Humanas e Sociais

INTRODUÇÃO

Educação de Jovens e Adultos: no sistema estadual de Minas-GO consistiu num estudo bibliográfico, e documental. Além de pesquisa em Legislação Nacional e Estadual,

¹ Concluinte do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do 1º semestre do ano letivo de 2016, oferecido pela Unidade Básica das Humanidades do Centro Universitário de Minas no período de 2013 a 2016.

² Professora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Minas- UNIFIMES e Orientadora do trabalho de Conclusão do Curso da aluna Luzia Moura de Araújo, intitulado: Educação de Jovens e Adultos: No Sistema Estadual de Ensino de Minas-GO.

sobre a temática, foram também consultados Site da Secretaria de Estado da Educação, de Goiás, no sentido de identificar a política de oferta da EJA no Sistema Estadual, e nas instituições públicas vinculadas a esse Sistema, em especial na cidade de Mineiros-GO.

Além de consultas na Legislação local, foram coletados na Subsecretaria Regional de Educação de Mineiros, dados referentes a oferta da EJA nas instituições estaduais de Mineiros, no período de 2011 a 2015.

Dados coletados:

- a) Número de escolas estaduais autorizadas para sua oferta em Mineiros;
- b) Número de turmas e alunos matriculados, frequentes, desistentes, no ensino médio por escola, no período de 2011 a 2015;
- c) existência ou não de parceria do município com o governo estadual e Federal para a oferta da EJA no Programa Brasil Alfabetizado; e
- d) existência de outros programas de EJA ofertados pela SEDUC/GO no município.

Analisando os dados coletados verifica-se que, nos últimos cinco anos, a rede estadual de ensino de Mineiros vem ofertando a EJA em três instituições, sendo que, uma delas deixou de ofertar a EJA no Ensino Fundamental e médio a partir do ano de 2014. Fato esse que comprova uma significativa redução na oferta da EJA na rede estadual de Educação de Mineiros nos dois últimos anos 2014 e 2015. A partir do ano de 2014, a oferta dessa Modalidade de Ensino vem sendo ofertada em apenas duas instituições de Ensino do Sistema Estadual, localizadas em setores periféricos em dois extremos da cidade bem distantes da região central, no nível fundamental e médio.

A partir do ano de 2013, a Subsecretaria Regional de Educação credenciou uma dessas escolas para regularizar a oferta de turmas de EJA/PROEJA, numa parceria com o poder judiciário, dando direito aos detentos do sistema prisional de Mineiros a frequentarem essa modalidade de ensino no nível fundamental e médio.

Observa-se que no período em análise, houve uma significativa evasão de alunos na primeira e segunda etapa do ensino fundamental em todos os anos e turmas nas três instituições. A primeira delas ofertou a EJA apenas nos dois primeiros anos, de 2011 a 2014. As outras duas continuaram ofertando a EJA nos quatro anos em análise.

No tocante ao Programa Brasil alfabetizado, observa-se que, o Sistema Municipal de Ensino de Mineiros sobre a responsabilidade da SME e do Conselho Municipal de Educação não aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado, em Regime de Colaboração com o Sistema Estadual e Federal de Educação. Essa não adesão acontece mesmo após detectar que, o

percentual de analfabetos no município vem aumentando em função da significativa chegada de emigrantes da Região Nordeste, que tem se instalado na cidade e região suprimindo uma demanda de trabalhadores braçais nas lavouras, indústrias e usinas de álcool recém-instaladas na região.

O índice de analfabetismo no município segundo dados da SEPLAN (2013), registra um percentual na ordem de 7,3%, dado que merece atenção especial das autoridades com vistas a contribuir para diminuir o índice de analfabetos e colaborar para o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024, na meta erradicação do analfabetismo. Meta que só tem possibilidade de ser cumprida com a participação dos estados e municípios.

Em decorrência do significativo aumento de emigrantes vindos do nordeste, é provável que o número de analfabeto no município seja bem superior ao anunciado, nestes últimos anos, uma vez que, a Região Nordeste apresenta os mais altos índices de analfabetismo do país, IBGE (2011).

Considerando a taxa já confirmada pelo IBGE (2011) de 7,3% de analfabetos no município, mais os trabalhadores vindos das diferentes regiões do nordeste, que passaram a residir na cidade, acredita-se que o número de analfabetos em 2016 no município seja superior ao divulgado pelo IBGE em 2011. Neste sentido fica comprovado a necessidade de maiores cuidados e investimentos em políticas públicas de EJA, com a finalidade de combater o analfabetismo no município, em Regime de Colaboração, entre os três sistemas: Federal, Estadual e Municipal.

Essa realidade precisa mudar no país em especial no município de Mineiros, não se pode continuar permitindo que em pleno século XXI, pessoas continuem analfabetas.

1 Cenário da educação de jovens e adultos no Brasil: Antecedentes históricos e conceituais e o programa Brasil alfabetizado.

Falar da Educação de Jovens e Adultos no Brasil requer uma volta ao passado, no sentido de compreender como historicamente essa educação veio acontecendo do período Colonial aos dias atuais. Na concepção de Barreira (2010), a denominação da Educação de Jovens e Adultos é recente e foi assim chamada a partir da Conferencia Mundial de Educação para todos ocorrida em 1994 na Tailândia em *Jontien*.

Ressalta-se que, no período Colonial já havia uma referencia a essa educação para a população a época chamada de “não infantil” e que naquela época deveria receber educação religiosa.

Segundo Barreira (2010), o perfil do aluno jovem ou adulto que frequenta as Escolas do Espírito Santo nos programas da EJA, na maioria das vezes é migrante que chegam as grandes metrópoles vindas de áreas rurais empobrecidas. São filhos de trabalhadores rurais, sem instrução e com baixo nível de escolarização, sem preparação para o mercado de trabalho urbano, na maioria das vezes tiveram uma passagem rápida pela escola, sem ter concluído nenhuma das séries ou etapas.

Barreira (2010) comenta que no país houve várias reformas educacionais a partir do Brasil Império, neste período houve a defesa de criação e implementação para a oferta de classes noturnas de ensino elementar para atender o público jovem e adulto “analfabeto”.

Em 1876, o relatório apresentado por José Bento Pereira, Ministro a época mostra a gravidade do analfabetismo no país, e ao mesmo tempo apresenta os resultados da frequência no ensino elementar noturno onde segundo ele, “200 mil jovens e adultos de maneira geral frequentavam a Escola naquela época.” (BARREIRA, 2010, p. 9).

Segundo ele, o grande marco da Educação de Jovens e Adultos no Brasil aconteceu a partir do processo de Industrialização. Com a necessidade de preparação de mão de obra para atuar na indústria, a proposta era limitar o ensino ao domínio da leitura e da escrita, para posteriormente o trabalhador conseguir mais facilidade no domínio a técnica exigida pela indústria.

Nesse sentido a década de 1940, foi considerada como um dos momentos com maior índice de analfabetismo no país, o que impulsionou o governo na época a criar um Fundo Nacional destinado à causa do adulto analfabeto.

Fato este que impulsionou fortes debates em defesa da causa da Educação do Jovem e Adulto Analfabeto. Dentre as defesas, na época, quatro se destacaram. Uma corrente da sociedade defendia a escolarização como forma de ascensão social, outros, como garantia de aquisição de domínio das técnicas de produção, outros acreditavam que contribuiria para o progresso do país e, por fim tinham aqueles que visavam o aumento de voto. (Barreira, 2010).

Ao final da ditadura de Getúlio Vargas em 1945, há um movimento e fortalecimento democrático e, com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas Para Educação e Ciência e Cultura), solicitam-se aos países integrantes esforços no sentido de se educar a população adulta analfabeta. (BARREIRA, 2010, p. 10).

O processo de redemocratização do país no final da Ditadura Militar da era Vargas, culminando com a chegada da industrialização, impulsionou o governo a tomar medidas, no sentido de oferecer Educação de Jovens e Adultos para capacitar a mão de obra necessária às indústrias.

Outro fato importante era a necessidade aumentar o número de eleitores uma vez que, era negado ao analfabeto o direito de votar. Portanto, percebe-se que a maior preocupação das autoridades aquela época, estava concentrada na realização de uma Educação de Jovens e Adultos que fosse capaz de fazer duas coisas ao mesmo tempo: treinar o jovem e adulto para a indústria “mão de obra qualificada” e treiná-lo para ler e escrever de forma superficial, saindo da condição de analfabeto adquirindo assim o direito ao voto aumentando o número de eleitores necessários para eleger os governantes da época.

O processo de redemocratização do país, para Barreira (2010), e a proposta de Educação aligeirada e superficial criada pelo governo, gerou várias discussões e críticas por parte da equipe do estudioso Paulo Freire que, propõe um novo método de alfabetização para adultos:

O método Paulo Freire não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensa-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato: simplesmente coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra. (FREIRE, 1979, p. 7 apud BARREIRA, 2010, p. 12).

A proposta de Paulo Freire contrapõe a todas as ações iniciativas e programas criados e implementados com a EJA anteriormente, uma vez que, é contra qualquer tipo de discriminação, exploração, alienação, defende uma proposta de educação para a conscientização e humanização. Em sua opinião com a palavra o homem se faz homem. No seu entendimento o homem ao dizer a sua palavra, pois, ele nesse momento se assume conscientemente sua essencial condição humana. Para Freire o “método lhe propicia essa aprendizagem comensura-se ao homem todo, e seus princípios fundam toda Pedagogia, desde a alfabetização até os mais altos do labor universitário” (FREIRE, 1979, p. 7 in BARREIRA, 2010).

Na opinião de Freire (1979) in Barreira (2010) o analfabetismo:

Antes apontado causa da pobreza da marginalização, o analfabeto passou a ser interpretado na pobreza gerada por uma, estrutura social não igualitária. “Era preciso, portanto, que o processo educativo interferisse na estrutura social que produzia o analfabetismo. A alfabetização de Jovens e Adultos deveria partir sempre do exame crítico da realidade existencial dos educandos da identificação dos problemas, e das possibilidades de superá-las. (BARREIRA, 2010, p. 12).

Para Freire (1979 in Barreira, 2010), a Educação e Alfabetização estão associadas, ambas devem acontecer, numa integração com conscientização por acreditar que o homem ao ser alfabetizado assume o domínio do saber construído entre educador e educando além do simples ato de ler e escrever.

Segundo declarações contidas no Caderno de Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos – SEDU/ES (2007) que faz uma retrospectiva histórica da EJA no Brasil, a década de 1960 teve como foco o pensamento Freireano e em 1964 a sua proposta de alfabetização de Adultos tornou-se Programa Nacional de Governo. Foi o primeiro programa brasileiro com o objetivo de disseminar em todo o país o analfabetismo. O programa foi interrompido pelo golpe militar e os seus protagonistas foram duramente castigados presos e exilados por um período de 15 anos.

Em 1967, o governo assume o comando e implanta o novo Programa denominado MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização com caráter assistencialista e idéias conservadoras). Em 1969 e 1970, houve uma campanha massiva de alfabetização de jovens e Adultos em todo o país. Segundo SEDU/ES (2007) e descrito nas diretrizes da EJA, o mais importante desse programa foi à proposta de educação integrada em que sendo uma forma condensada do antigo curso primário, previsto na Lei nº 5692/71. (SEDU/ES, 2007).

A década de 1980 foi marcada pelo fim da ditadura e inúmeros movimentos sociais que clamavam por abertura política e por mudanças na educação.

O MOBREAL recebe muitas críticas no final da ditadura e acaba sendo extinto e no seu lugar o governo cria a Fundação Educar, com a finalidade de apoiar tecnicamente e financeiramente as iniciativas civis e das empresas que criavam e implementavam programas de EJA.

Na década de 1990 a Fundação Educar foi extinta e mais uma vez, a EJA deixa de existir, sendo desenvolvida mais uma vez por vontade própria de alguns Estados e Municípios. Nesse mesmo ano aconteceu algo que chamou a atenção do Planeta para a responsabilidade educacional sem discriminação. A conferência Mundial na Tailândia/ Jontien, conclamou todos os países para o estabelecimento de Políticas de Educação Para Todos onde foram estabelecidas Diretrizes planetárias para a Educação de Jovens e Adultos.

A LDB Lei nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que nos seus artigos 37 e 38 no capítulo da Educação Básica, sessão V estabelece a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da Educação para todos aqueles que não tiveram acesso a ela na idade própria.

A LDB Lei nº 9394/96 estabelece que a Educação brasileira é constituída de dois níveis: Educação Básica e Superior, e a EJA é uma modalidade da Educação Básica que compõem-se da: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e as modalidades tais como Educação Profissional, Educação do Campo, Quilombola, Indígena, Educação Especial, Educação a Distancia e Educação de Jovens e Adultos.

A partir da obrigatoriedade da oferta de EJA como modalidade da Educação Básica e o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais MEC (2016), os Estados começaram a criarem os seus próprios Cadernos com as Diretrizes de oferta da EJA em cada Estado.

Estão vinculadas ao Sistema Estadual as Escolas e Colégios públicos Estaduais, e as instituições de Educação Básica do Sistema Privado. As instituições públicas de Educação Básica Municipais pertencem ao Sistema Municipal de Ensino de cada município.

Segundo Barreiras (2010), a EJA é uma modalidade de ensino amparada por Lei. E, portanto, voltada para as pessoas que não tiveram acesso e ou permanência no ensino regular em idade própria, abrangendo os processos formativos desta modalidade da Educação Básica, nas etapas do Ensino Fundamental e Médio.

Na opinião da autora a EJA, tem as seguintes funções:

Função reparadora (ao reconhecer a igualdade humana de diretrizes e acesso aos direitos civis, pela restauração um direito negado), função equalizadora (ao objetivo de propor igualdade de oportunidade de acesso e permanência na escola); função qualificadora (ao realizar a atualização permanente de conhecimento e aprendizagem contínua) (BARREIRAS, 2010, p. 12).

Vários Estados emitiram Diretrizes para a oferta da Educação de Jovens e Adultos, em seus Sistemas Estaduais, visando orientar as suas instituições cadastradas para a oferta da EJA no seu Sistema.

Em 1997 segundo as Diretrizes da EJA da SEDU/ES (2007), outro fato mundial importante chamou a atenção dos países para a EJA dessa vez a Conferência específica para discutir Diretrizes mundiais para a EJA aconteceu na Alemanha/Hamburgo, promovida pela UNESCO. Nessa conferência foram estabelecidas a vinculação da EJA ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade.

No ano de 2000 sob a coordenação do conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury foi elaborado o parecer CEB/CNE nº 11/2000, que estabeleceu diretrizes Curriculares Nacionais para EJA que deu origem a Resolução CNE/CEB nº 1/2000. SEDU/ES (2007).

No ano de 2003, o governo brasileiro criou o novo Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos: Programa Brasil Alfabetizado assumido pelo Ministério da Educação, MEC (2016). Este programa foi criado no ano de 2003, é um programa de Alfabetização de Jovens e Adultos que visa atender jovens acima de 15 anos, adultos e idosos, formulado e implementado pelo Ministério de Educação (MEC).

O Programa visa atender as pessoas vinculadas ao Programa Brasil Sem Miséria, e ainda atende as famílias beneficiária do Programa Bolsa Família. O Programa Brasil

Alfabetizado tem por finalidade apoiar e financiar projetos de letramento em Estados, Municípios e Distrito Federal.

O objetivo central do programa é promover a superação do analfabetismo e contribuir para a continuidade dos alfabetizados nos estudos. O programa foi reformulado pelo Decreto Presidencial nº 693 de 24 de Abril de 2007, Brasil (1999), com a finalidade de universalizar a EJA e a prioridade e atender Estados e Municípios com maior índice de Analfabetos considerado pelo senso demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A União no cumprimento de seu objetivo dará assistência aos programas por meio de assistência técnica e financeiras atuando prioritariamente aos estados e distrito federal e municípios que aderirem ao programa. Em Regime de Colaboração, (MEC, 2016).

De acordo com Camargo (2006) in Lima (2010) observa-se que o programa trouxe um crescimento significativo na oferta da EJA na rede pública, porém na prática o trabalho ainda vem sendo realizado “de forma improvisada, por professores cuja grande maioria não tem formação específica para exercer essa função”.

Acredita a autora que os resultados crescentes dos números de matriculados na EJA no Programa Brasil Alfabetizado, não significa que, a educação tenha realmente conseguido sair de uma educação compensatória para uma educação emancipatória e transformadora, considerando o número expressivo de evasão escolar.

Em sua opinião, ainda é visível a presença das práticas de educação excludente exercida ao longo da história da Educação brasileira iniciada no período colonial e ainda vigente no início do século XXI.

Andrade (2004) in Lima (2010) acredita que a superação da evasão da Educação de Jovens e Adultos no Brasil implica em enfrentar desafios como:

[...] suplantar as ideias cristalizadas de fracasso escolar, de repetência, de evasão, de defasagem, de aceleração, enfim, de educação compensatória que circundam a EJA, é preciso acreditar que os sujeitos dessa modalidade de ensino podem transcender barreiras e limites e reescrever suas histórias. Basta que para isso o Brasil tenha uma educação de qualidade, o que demanda profissionais competentes e comprometidos com a superação dessa realidade e com a implementação de novos projetos de ensino. (LIMA, 2010, p. 3).

Observando o que a autora descreve mostrando a realidade da EJA no Brasil, mesmo depois da sua inserção nas políticas públicas educacionais brasileiras, regulamentadas pelo MEC e institucionalizadas pelo Programa Brasil Alfabetizado. As práticas de uma Educação compensatória e conservadora ainda precisam ser superadas pelos seus responsáveis, em todo o país no âmbito de cada Sistema e Escola de EJA.

2 Educação de jovens e adultos: Adesão ao programa Brasil alfabetizado e a oferta da EJA no Estado de Goiás

A LDB, Lei nº 9394/96 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que nos seus artigos 37 e 38 no capítulo da Educação básica sessão V, estabelece a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da Educação para todos aqueles que não tiveram acesso a ela na idade própria. Garantida a partir da aprovação da referida Lei, como uma modalidade da Educação básica.

Após a aprovação da LDB, Lei nº 9394/96 a Educação de Jovens e Adultos passa a ser de oferta obrigatória pelos Sistemas Educacionais.

A coordenadora da Educação a Distância da SEDUC/GO, professora Barreiras, (2010) em um encontro de profissionais da SEDUC lotados em diferentes Subsecretarias Regionais de Educação do Estado fez uma apresentação de como a EJA está sendo organizada e ofertada nas instituições de Ensino vinculadas a ela no Estado de Goiás. (O encontro aconteceu na cidade de Caldas Novas, no ano de 2010). Segundo ela a EJA nas instituições de ensino vinculadas a SEDUC/GO, vem sendo ofertada em diferentes instituições e programas.

Além da oferta na rede estadual, existe a parceria com a rede regular de ensino pública municipal e particular, essa oferta também é feita via programas especiais por meio do Programa Brasil Alfabetizado.

Este programa é desenvolvido, numa parceria direta com o Governo Federal através do Ministério da Educação e Cultura. O programa tem como prioridade atender as pessoas cadastradas nos Programas Sociais do Governo Federal dedicado as pessoas de baixa renda:

Brasil Sem Miséria, Bolsa Família e aos idosos, (BARREIRAS, 2010).

Dentre eles estão o PROEJA, destinado à escolarização e profissionalização do Jovem, Educando para a liberdade: É um programa que visa contribuir para elevar a escolaridade em nível fundamental e médio a reeducandos das agencias prisionais do Estado de Goiás.

PROJOVEM URBANO atende os jovens no primeiro emprego, PROJOVEM Saberes da terra, tem como meta contribuir para a formação do jovem do campo, potencializando a sua ação no desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares sustentáveis e comunidades; por meio de atividades curriculares e pedagógicas, oferecendo escolarização e qualificação profissional a esses jovens, que não concluíram o ensino fundamental em conformidade com o que estabelece as Diretrizes operacionais para a Educação Básica na Escola do Campo segundo MEC (2002).

Além desses programas, Barreiras (2010) cita também os Exames Supletivos, implantado em Goiás no ano de 1973 atendendo aos dispositivos legais da LDB- LEI Nº 5692/71 de 11 de agosto de 1971, normatizada pelo parecer CEE/GO Nº 691/73 e Res. CEE/GO nº 937/73. Hoje sua base legal está pautada na LDB – Lei nº 9394/96 e Res do CEE/GO 260 de 18 de novembro de 2005. (BARREIRAS, 2010).

Atualmente a SEDUC/GO por meio da Coordenação do Ensino a Distância realiza anualmente os exames supletivos atendendo os candidatos que necessitam de certificados de conclusão do ensino fundamental e médio.

Os Exames Supletivos são realizados regularmente no segundo semestre letivo nos polos definidos em Edital próprio. As inscrições são realizadas pela internet e os certificados são emitidos pela Coordenação da Educação a Distância – COEDI. (BARREIRAS, 2010).

Em Consulta ao portal da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC/GO, 2016) constatou-se que a SEDUC/GO vem organizando planejando e supervisionando a oferta da EJA, no Estado com a parceria dos municípios e instituições por ele credenciadas, no caso as escolas estaduais e instituições particulares.

Observa-se que, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás, aderiu ao programa Brasil Alfabetizado, por meio da assinatura de um termo de compromisso com o MEC.

Foi designado como responsável pela gestão da EJA em Goiás. A gerência de Educação de Jovens e Adultos um órgão da Secretaria de Estado da Educação- SEDUC/GO, tendo como princípio básico, o planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas desenvolvidos em Goiás, por instituições credenciadas por ele para este fim.

Os municípios interessados podem solicitar adesão ao Programa Brasil Alfabetizado diretamente a SEDUC/GO, e a partir da adesão, devem promover uma chamada pública para selecionar alfabetizadores populares, que vão ministrar as aulas para os jovens e adultos nas turmas formadas. (SEDUC/GO, 2016).

Os alfabetizadores populares e coordenadores recebem uma bolsa do FNDE e a alfabetização é ofertada por ciclos que duram 8 (oito meses) totalizando uma carga horária de 320 (trezentos e vinte) horas aulas. (SEDUC/GO, 2016).

A Resolução nº 48 do MEC de 11/12/2013 antecipa verbas do FUNDEB para a manutenção de novas turmas de EJA, tendo como público prioritário os egressos do PBA e os privados de Liberdade de CPPL. (SEDUC/GO, 2016).

O Estado de Goiás realiza a EJA em Unidades Prisionais numa parceria firmada entre a SEDUC/GO e Administração Penitenciária e Justiça, a EJA dentro das Unidades Prisionais é

ofertada na mesma formatação das outras unidades escolares sendo adaptadas metodologias específicas.

A responsabilidade da Equipe da gerência da EJA na SEDUC/GO é fazer o acompanhamento da execução da oferta dentro dos Centros de Medidas Sócio Educativas, bem como em todas as Instituições Educacionais vinculadas ao Sistema Estadual de Educação de Goiás. (SEDUC/GO, 2016).

A oferta da EJA em Goiás é regulamentada pela Resolução do Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO) Res. CEE/GO nº 260/2005, lembrando que a sua oferta só é possível, mediante autorização previa do CEE/GO. (SEDUC/GO, 2016).

As instituições autorizadas à oferta da EJA podem emitir e registrar os seus respectivos certificados. Somente em casos de 2ª via é que a solicitação deve ser feita diretamente a Gerencia de Projetos da EJA em Goiás.

A estrutura do currículo da EJA em Goiás está fundamentada em Goiás (2005), na Resolução CEE/GO nº 260/2005 e sua organização e oferta na Educação Básica acontece em três etapas compreendidas da seguinte forma:

- 1ª Etapa do Ensino Fundamental - 4 semestres (dois anos);
- 2ª Etapa do Ensino Fundamental - seis semestres (três anos);
- 3ª Etapa – Ensino Médio - 4 semestres (dois anos).

O controle de dados de matrículas, frequência e evasão de alunos nas instituições cadastradas, é feito pelo Departamento da Gerência da SEDUC denominado de SIGE. As instituições credenciadas encaminham os dados dos alunos mensalmente ao SIGE, responsável direto pelo controle e supervisão da oferta da EJA no Sistema Estadual de Ensino, SEDUC/GO localizado em Goiânia.

O Sistema Estadual e Municipal com adesão ao Programa Brasil Alfabetizado, tem direito a participar dos FÓRUNS da EJA coordenado diretamente, pelo MEC numa ação conjunta entre os Sistemas educacionais parceiros, em defesa da garantia do direito a Educação, alfabetização e continuidade de estudos para a população jovem adulta e idosa.

Segundo informações do Site da SEDUC/GO (2016) esses fóruns são instrumentos que, consolidam as estratégias para articulação territorial das ações de alfabetização e de EJA estruturadas nas dimensões: técnica, político-pedagógica, de planejamento e de controle social, valendo-se de análises diagnóstica; definição de objetivos e metas que subsidiem a implementação e gestão destas ações, um mecanismo de apoio por parte do MEC.

A estruturação e a institucionalização de ação nos Estados, no Distrito Federal e Municípios de desenvolvimento integrado da EJA na busca de garantias da continuidade das aprendizagens dos jovens e adultos.

A Agenda Territorial discutida nos Fóruns é parte integrante do Programa Brasil Alfabetizado e da EJA, na definição de uma política pública a partir do diálogo com os mais diversos parceiros do PBA. (SEDUC/GO, 2016).

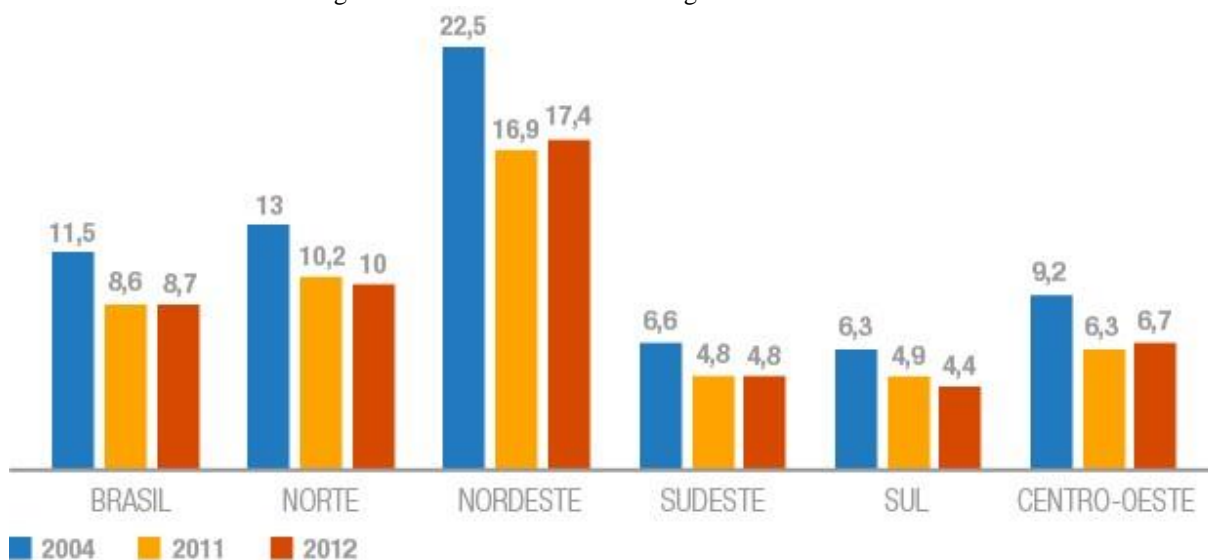
Barreiras (2010) debate e apresenta o perfil do aluno da EJA, no Estado de Goiás, segundo ela:

A grande maioria são trabalhadores; possui certos conhecimentos de mundo; possui uma diversidade socioeconômicos- cultural; ousam menos possui autocritica e autocensura; auto estima baixa, que interfere de maneira negativa no processo de aquisição do conhecimento; aspiram na aprendizagem fins imediatos querendo saber onde e como irão utilizar os conhecimentos adquiridos; gostam de ser ouvidos e envolvidos nas situações de aprendizagem; são resistentes as mudanças. (BARREIRA, 2010, p. 10).

Um dado importante sobre a realidade da escolarização da população de Goiás Barreira (2010, p. 13) foi a declaração de que “naquela época mais de 1,7 milhão de pessoas em Goiás não concluíram o ensino fundamental.” (O POPULAR, 2009 apud BARREIRA, 2010, p. 13).

No intuito de melhor compreender o processo de escolarização da população brasileira houve uma consulta às estatísticas de escolarização das regiões brasileiras no período de 2004 a 2012 que apresenta os seguintes resultados conforme demonstra o gráfico número 1 a seguir:

Gráfico nº 1: Porcentagem de Analfabetos em Cada Região do Brasil no Período de 2004 a 2011



Fonte: RITTO, 2013

Com base nos índices apresentados pelo (RITTO, 2013) observa que, a média nacional de analfabetos no Brasil em 2004 era de 11,5% esse índice caiu para 8,7% em 2012, o que significa que houve uma queda de 2,8% em aproximadamente 08 anos. Já a Região Centro tinha 9,2% em 2004 e caiu para 6,7% apresentando uma queda na ordem de 1,8% abaixo do índice nacional.

Observa-se que houve uma queda no índice de analfabetismo em todas as regiões do país nos oito anos em análise. Vale ressaltar que o Nordeste continua sendo a primeira Região no ranque de analfabetismo no país. A Região Sul tem o menor índice entre as regiões brasileiras, tanto no ano de 2004, quanto no ano de 2012. (RITTO, 2013).

Segundo dados da SEGPLAN (2013), a taxa de analfabetismo em Goiás das pessoas de 10 anos ou mais de idade caiu de 10,8% em 2000, para 7,3% em 2010, demonstrando assim o esforço na organização e implementação das políticas de Educação de Jovens e Adultos.

3 Educação de jovens e adultos no sistema de ensino estadual de Mineiros.

Após analisar as políticas da EJA no Brasil e no Estado de Goiás, chegou o momento de verificar como vem sendo implementada as políticas de EJA, no Sistema Estadual de Educação nas Instituições Estaduais de Ensino públicas de Mineiros credenciadas para a sua oferta.

A análise dos dados recaiu sobre três instituições estaduais de Ensino credenciadas para a oferta da EJA no período de cinco anos entre os anos de 2011 a 2015.

As instituições estão vinculadas à Subsecretaria Regional de Educação de Mineiros. Um dado que não pode ser desconsiderado é a inexistência do Programa Brasil Alfabetizado, em função do município não ter aderido ao Programa.

O quadro de número 2 apresenta os números de matrícula, evasão da EJA nestes cinco anos em três instituições estaduais. Essas três instituições foram autorizadas pela Resolução do CEE/GO nº 260/2005. Dos programas de oferta da EJA autorizados e implementados em Goiás, constata-se que, em Mineiros, a EJA acontece de duas formas nas escolas credenciadas e no Sistema Prisional PROEJA.

O quadro nº 2 apresenta o retrato da EJA no Sistema Estadual de Mineiros no período de 2011 a 2015. Três instituições Estaduais ofertaram a EJA, nos níveis fundamental e Médio.

No período de 2011 a 2015, a oferta aconteceu no nível fundamental e médio.

O Colégio nº 1 do quadro nº 2 apresenta a oferta e a evasão dos alunos da EJA no período de 2011 a 2015. Essa Escola ofertou apenas o Ensino médio, nesses cinco anos atendendo a 638 alunos matriculados contra uma evasão de 112 alunos o que significa um índice de evasão na ordem de 17,6%. Considera-se um percentual que merece atenção das autoridades, embora não se identificou preocupação por parte da Subsecretaria com esse índice de evasão.

A partir do ano de 2014 a instituição foi credenciada para ofertar também o Ensino Fundamental, tendo matriculado um total de 374 alunos nos anos (2014 e 2015), destes 70 desistiu antes de concluir. O total de desistentes representa um percentual de 17,6%, considerado preocupante, merecendo atenção especial das autoridades responsáveis.

A instituição de Ensino nº 2 credenciada para a oferta da EJA Ensino Fundamental e Médio nos cinco anos em análise, teve um significativo número de alunos matriculados na EJA nos dois níveis. No Ensino fundamental matriculou um total de 1219 alunos, desses 201 alunos desistiu, o que corresponde a um percentual de 16,5%. Dado que também merece atenção especial das autoridades.

No Ensino Médio o total de matrícula somou 987 alunos, destes 73 alunos, abandonaram os estudos antes de concluírem, um percentual de 7,4% considerado baixo em relação aos demais.

Observando os números referentes à Instituição de Ensino nº 3 no quadro constata-se, que ela foi credenciada no período de 2011 a 2013 ofertando o Ensino Fundamental e Médio. Nestes dois anos teve um número significativo de alunos matriculados. No ensino Fundamental teve 777 alunos matriculados e uma desistência de 410 alunos o que significa um percentual na ordem de mais de 50% índice considerado alto, merecendo atenção por parte das autoridades educacionais da SRE.

No que tange ao Ensino Médio a realidade parece um pouquinho diferente, de um total de 563 alunos matriculados apenas 27 alunos desistiram, índice considerado aceitável conforme as regras estatísticas.

Analisando a oferta da EJA no Ensino Médio nas três instituições independente do período de oferta, verifica-se que o índice de desistência no Ensino Médio foi bem menor que a desistência no Ensino Fundamental.

O acompanhamento, supervisão e formação continuada dos professores, segundo observações na Subsecretaria Regional de Educação de Mineiros é feita juntamente com os professores do regime regular, embora as orientações aos professores é que sigam as determinações curriculares da SEDUC/GO, para a oferta da EJA.

No que se refere a oferta da PROEJA para os detentos, segundo dados da SRE/2016 a sua oferta acontece na própria cadeia em uma sala, para duas turmas no nível fundamental num total de 22 alunos. Segundo análise em documentos da SRE/ Mineiros (2016) nem todos os alunos podem ser liberados para frequentar as aulas.

Em se tratando do currículo é o mesmo adotado para as demais instituições, embora com metodologias específicas.

A instituição de número 1 do quadro, foi credenciada para a oferta da EJA/PROEJA em Mineiros.

Quadro 2: Alunos Matriculados e que Abandonaram a EJA nas Instituições de Ensino Estaduais de Mineiros no Período de 2011 a 2015 - Ensino Fundamental e Médio

ANO		2011		2012		2013		2014		2015		TOTAL
Semestre		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
Colégio Estadual nº1												
Matricula	Ens.Fundamental	-	-	-	-	-	-	103	72	100	99	374
	Ens.Médio	57	65	81	49	77	37	60	58	67	87	638
Abandono	Ens.Fundamental	-	-	-	-	-	-	23	18	16	13	70
	Ens.Médio	31	11	15	12	4	6	6	6	11	5	112
Colégio Estadual nº2												
Matricula	Ens.Fundamental	149	124	92	81	106	101	122	102	181	161	1219
	Ens.Médio	80	89	55	82	102	90	111	119	107	152	987
Abandono	Ens.Fundamental	26	29	17	15	28	23	26	26	6	5	201
	Ens.Médio	5	4	6	3	8	6	26	12	2	1	73
Colégio Estadual nº 3												
Matricula	Ens.Fundamental	128	122	94	150	145	138	-	-	-	-	777
	Ens.Médio	94	94	80	114	87	94	-	-	-	-	563
Abandono	Ens.Fundamental	86	83	84	53	59	45	-	-	-	-	410
	Ens.Médio	42	36	38	47	28	26	-	-	-	-	27

Fonte: Subsecretaria Regional de Educação de Mineiros – Goiás, 2016.

Observando os dados sobre a situação da escolarização da população acima, de dez anos no município de Mineiros no período de 2010 e 2011 segundo dados da SEGPLAN

(2016) destaca-se: “É importante ressaltar que a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade em Mineiros caiu de 7.3% em 2010 para 6,6% em 2011, significando um avanço na Educação.” (SEGPLAN, 2016, p. 16).

Considerando o número significativo de migrantes vindos da região nordeste, e o índice divulgado pelo BGE de 6,6%, e o índice de alunos desistentes da EJA no ensino fundamental, percebe-se a necessidade de uma atenção especial por parte das autoridades nas

políticas de oferta da EJA no município, tanto no Sistema Estadual quanto Municipal no sentido de contribuir para a erradicação do analfabetismo no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou verificar como vem se efetivando a EJA segunda etapa do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas e colégios vinculados ao Sistema Estadual de Educação de Goiás, na cidade de Mineiros.

Observa-se que o Estado de Goiás, fez adesão ao Programa Brasil Alfabetizado oferta a EJA em instituições de ensino credenciadas no Sistema Estadual de Educação junto ao Conselho Estadual de Educação. Além das instituições tem os programas: PROJOVEM URBANO E SABERES DA TERRA, destinado à profissionalização e escolarização do jovem urbano e rural.

Outro programa adotado por Goiás é o PROEJA que atua na reeducação de presidiários que cumprem penas nos presídios e não apresentam riscos para os professores, oferta também por meio de editais uma vez ao ano no segundo semestre os Exames Supletivos nos polos credenciados e definidos em Edital.

Toda orientação curricular e controle de matrícula e frequência do aluno é feita diretamente pelo SIGE na SEDUC/GO. Em Goiânia as Escolas e Colégios credenciados devem repassar todos os dados diretamente ao SIGE para que avalie o andamento da oferta em cada instituição do Sistema Estadual.

A formação continuada dos professores, a organização das turmas e o currículo são coordenados pela Subsecretarias sob a orientação da SEDUC/GO.

Os responsáveis pela coordenação da EJA são convidados a participar do FÓRUM Nacional da EJA que acontece sobre a responsabilidade do MEC.

Observando os dados de Escolarização em Goiás percebe que houve uma queda na ordem de 2,5% da taxa de analfabetismo nos últimos anos 2004 para 2013.

No que diz respeito à oferta da EJA em Mineiros/GO na rede estadual, observa-se que houve uma redução no número de instituições que ofertam a EJA. No ano de 2011 a 2013 três instituições escolares estaduais ofereciam a EJA segunda etapa do Ensino Fundamental e Ensino Médio. No ano de 2014 a oferta passou a acontecer em apenas duas instituições escolares estaduais.

Verifica-se também que houve uma queda no número de matrículas tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio. Em relação ao índice de desistência constata-se que a maior desistência ocorre no ensino fundamental.

Em se tratando de programas, a EJA em Mineiros só é ofertada no PROEJA no sistema Prisional com duas turmas de ensino fundamental via Escola Estadual Dona Tonica, com um total de 22 alunos.

O Sistema Municipal de Educação do Município não aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado. Neste sentido o município só oferta a EJA primeira etapa do Ensino Fundamental em duas instituições de educação municipal.

Olhando os dados de escolarização em Mineiros na SEGPLAN-GO (2013), verifica-se que mesmo havendo uma redução na oferta os dados de apresentam uma queda de 2,5% em 2011 em relação ao ano de 2010.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Educação de jovens e adultos – EJA**. Caldas Novas: Secretaria da Educação/GO, 2010. Disponível em: <www.see.go.gov.br/documentos/ppt/Vice_Diretores/prof_Celene.ppsx>. Acesso em: 07 abr. 2016.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)** - Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 fev. 2016.
_____. Salto para o Futuro Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/SEED, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13258:salt>. Acesso em: 18 fev. 2016.

GOIÁS. **RESOLUÇÃO N°260 - Regras e parâmetros para o oferecimento e desenvolvimento da educação de jovens e adultos**. Goiânia: CEE/SEDUC, 2005. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/documentos/seduc/sige/Res.CEE.N.260EJA.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

GOIÁS, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC/GO) Subsecretaria Regional de Educação de Mineiros- Go, setor pedagógico. Mineiros, Go, 2016.
_____. Coordenação de Educação à Distância COEDI/SEDUC, Cldas Novas, 20 de maio de 2010. www.see.go.gov.br/documentos/ppt/vice_Diretores/professores-celene.ppsx. Acesso em 09 de maio de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010**. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=254598>>. Acesso em 10 abr. 2016.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIO ECONOMICOS, (IMB), da Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) www.segplan.go.gov.br acesso em 09 de maio de 2016.

LIMA, Maria Dalvanei de. **Evasão de educação de jovens e adultos no programa Brasil alfabetizado**. Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo Científico – Umarizal, Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/evasao-de-educacao-de-jovens-e-adultos-no-programa-brasil-alfabetizado/43478/>>. Acesso em 16 abr. 2016.

MARQUES, Denise Travassos. **Educação de jovens e adultos: uma perspectiva de alfabetização com idosos**. Campinas: PUC-Campinas, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Manual operacional do programa Brasil alfabetizado**. Brasília: MEC/FNDE, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/pba_passoapasso.pdf>. Acesso em: 05/04/2016.

Programa Brasil alfabetizado. Brasília: MEC. Disponível em > <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal?id=12280>>. Acesso em 02 fev. 2016.

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2002. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2016.

RITTO, Cecília. **Brasil 'ganha' 300.000 Analfabetos em Apenas um Ano: Taxa Registrou Crescimento de 2011 para 2012, Interrompendo a Tendência de Queda que se Mantinha Havia 15 anos, Mostra Novo Estudo Divulgado pelo IBGE**. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/brasil-ganha-300000-analfabetos-em-apenas-umano>>. Acesso em: 09 maio 2016.